

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e de manipulação na gestão de fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015, e que causaram prejuízos vultosos aos seus participantes.

**REQUERIMENTO Nº _____, DE 2015
(Do Sr. Raul Jungmann)**

Requer a convocação, na condição de testemunha, do Sr. Luiz O. Muniz, Sócio Global responsável pelas operações do banco N M Rothschild & Sons para a América Latina e Brasil.

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 36, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário desta Comissão, seja convocado o Sr. Luiz O. Muniz, Sócio Global responsável pelas operações do banco N M Rothschild & Sons para a América Latina e Brasil, para prestar informações e esclarecimentos a respeito de negócios firmados entre a Camargo Corrêa e fundos de pensão, que possam contribuir com os trabalhos investigativos desta comissão.

JUSTIFICAÇÃO

No final de 2010 o fundo de pensão Petros comprou por quase R\$3 bilhões a participação da Camargo Corrêa na ITAÚSA S/A, que se vinha tentando vender sem sucesso há mais de um ano devido à baixíssima liquidez dos ativos. Após a compra a Petros não foi incluída no acordo de acionistas da ITAÚSA, controlada pelas famílias Setúbal e Villela.

A Camargo Corrêa contratou o Banco Rothschild para assessorar na negociação e avaliar os ativos em questão. Consta na imprensa que os especialistas do Rothschild apresentaram os papéis a investidores nacionais e internacionais, mas só a Petros se dispôs a viabilizar a compra nas condições favoráveis à Camargo Corrêa.

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e de manipulação na gestão de fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015, e que causaram prejuízos vultosos aos seus participantes.

Com sede em Londres, o N M Rothschild & Sons, foi fundado no séc. XIX e é uma empresa global de assessoria financeira, focada em fusões e aquisições, aconselhamento estratégico, reorganizações societárias e reestruturações financeiras, com mais de 50 escritórios pelo mundo. De fato, no seu currículo e nos Laudos de Avaliação de ativos apresentados a seus clientes, a casa Rothschild informa, entre suas realizações:

“Assessoria à Camargo Correa na venda de seu bloco de ações, representativas de 11,4% das ONs da Itaúsa para a Petros por US\$1,7 bilhão”.

O Sr. Luiz Muniz, por sua vez, apresenta o seguinte currículo:

“... mais de 20 anos de experiência em fusões e aquisições, captação de recursos, assessoria estratégica e privatizações. Antes de se juntar ao Rothschild, ele trabalhou no CSFB Garantia por 8 anos e no Salomon Brothers em Nova York por 4 anos. Possui MBA with Honors da Universidade de Chicago e é formado em Engenharia Civil pela PUC-RJ. Sua experiência inclui assessoria a Oi / Telemar, BM&F Bovespa, Casino, The Carlyle Group, Unibanco, JBS, Andrade Gutierrez, Usiminas, Petrobrás, Gafisa, Magazine Luiza, Camargo Corrêa e Almeida Júnior, entre outras.”

Outro executivo do Rothschild, o Sr. Marcos Spieler - Managing Director no Brasil – apresenta o seguinte currículo:

“... mais de 14 anos de experiência em M&A, ingressou no Rothschild em 2000 e foi transferido para Nova Iorque por 2 anos. Antes de ingressar no Rothschild, trabalhou na Petros, fundo de pensão da Petrobras. Graduado em Administração de Empresas pela PUC-RJ. Sua recente experiência em transações inclui assessoria a bondholders da OGX, B2W, Vale, QGOG, bondholders da Mirabela Nickel, Cimpor, Grupo Rede Energia, Oi, Camargo Corrêa, Tractebel Energia, Petrobras, Magnesita, Andrade Gutierrez, entre outros.”

Contudo, em que pese a inquestionável qualificação do Rothschild, a imprensa noticiou fartamente que o ex-ministro Antônio Palocci teria sido o verdadeiro mediador da aproximação entre a Camargo Corrêa e a Petros, em retribuição à colaboração da construtora na campanha presidencial. Para a realização deste negócio a Petros teria levantado os R\$ 3 bilhões vendendo títulos públicos de alta liquidez do seu patrimônio, em troca de uma carteira de péssima liquidez, que segundo especialistas levaria uns 50 anos para a Petros conseguir vender totalmente pelo preço que comprou. Por outro lado, se a Petros quisesse vender imediatamente essas ações compradas da Camargo Corrêa, o prejuízo seria praticamente dos R\$ 3 bilhões.

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e de manipulação na gestão de fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015, e que causaram prejuízos vultosos aos seus participantes.

Especialistas disseram ainda que as premissas atuariais foram desrespeitadas na aprovação do investimento, porque a meta atuarial da Petros é de 5,5% acima do IPCA, enquanto a ITAÚSA pagava historicamente 3%. Essa perda de rendimentos por si já totaliza R\$0,5 bilhão, sem falar na desvalorização de 42% do valor das ações desde sua compra em 2010.

É sabido que a compra desenvolveu-se à revelia da análise técnica do COMIN da Petros – Comitê de Investimentos. O negócio foi concluído no final de dezembro 2010, como ato final do Sr. Wagner Pinheiro, ainda presidente da Petros, de partida para a presidência dos Correios. Importa destacar que na ocasião foi noticiado na Veja e no Blog do Ricardo Noblat que a diretoria da Camargo Corrêa ficou dividida quanto ao encaminhamento da negociação. Alguns preferiam tentar negociar com a Previ e outros optavam pelo caminho político via Antônio Palocci para a Petros. Um executivo da Camargo dissera a Veja que a negociação dependia das eleições presidenciais, pois a reeleição da Presidente Dilma preservaria o acesso do Sr. Palocci à Petros, dispensando-se uma negociação mais complexa com a Previ.

A Petros emitiu o Boletim Eletrônico nº 60 - “PETROS PRESTA ESCLARECIMENTOS COM RELAÇÃO À MATÉRIA DA REVISTA VEJA” no qual ressaltava que “*a operação foi realizada com absoluto sucesso e perfeitamente adequada ao perfil de investimentos da Fundação – constituindo **negócio de longo prazo, baixo risco e boa rentabilidade**. Mais ainda, todo o processo de negociação teve o acompanhamento e a aprovação – por unanimidade – do **Conselho Deliberativo da Petros**”.*

Naquela época, o Sr. Vitor Sarquis Hallack, presidente da Camargo Corrêa, destacou em entrevista à agência de notícias Reuters a importância daquela venda da participação da Camargo Corrêa na Itaúsa, já que os R\$ 3 bilhões obtidos da Petros chegavam a tempo de viabilizar outro negócio da Camargo Corrêa, também em sociedade com outro fundo de pensão, a Previ, que seria a operação de compra da Elektro (distribuidora de energia para São Paulo e Mato Grosso do Sul pertencente a um fundo de investimentos norte americano) pela CPFL - uma empresa de energia da Camargo em sociedade com a Previ que também atuava em São Paulo.

Cabe deixar como registro que o Sr. Sérgio Gabrielli, então presidente da Petrobrás, na ocasião recebeu uma cadeira no Conselho Administrativo da ITAÚSA representando a Petros, auferindo remuneração mensal de R\$150 mil, chegando a permanecer no conselho mesmo alguns meses após deixar a presidência da Petrobrás.

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e de manipulação na gestão de fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015, e que causaram prejuízos vultosos aos seus participantes.

Esses fatos referentes a indícios de negócios irregulares e ou mal realizados envolvendo fundos de pensão e a Camargo Corrêa demonstram a importância de esta CPI dos Fundos de Pensão receber as contribuições do Sr. Luiz O. Muniz, responsável pelas operações do escritório Brasil do Rothschild & Sons, para o desenvolvimento dos seus trabalhos.

Em vista do exposto, solicitamos o apoio dos ilustres pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em de outubro de 2015.

Dep. Raul Jungmann
PPS/PE